

**O JULGAR CONTEMPORÂNEO:  
APONTAMENTOS DA PRESENÇA KANTIANA NA ARTE-EDUCAÇÃO**

*Renan Marcondes<sup>1</sup>*

**RESUMO**

Artigo que possui como objeto primordial de estudo a validade do ato de julgamento estético proposto por Kant em suas reconsiderações nas teorias vigentes de experiência estética, cognição e relação espectador e obra. Visa apontar conceitos Kantianos que foram e estão sendo revistos por pensadores contemporâneos acerca da arte para possibilitar a problematização de algumas teorias de pensadores amplamente utilizados na arte-educação que – em alguma instância – retomam o ato de julgar, como Abigail Housen, Edmund Feldman e Robert Ott.

**Palavras-chave:** Estética, Kant, Julgamento, Arte-educação, Contemporaneidade

É quimérico o pensamento de uma ciência que abarque em sua totalidade um campo de atuação tão humano quanto a relação entre o espectador e a obra e que o traduza em uma atemporalidade que desconsidere o tempo-espço no qual ambos se situam. Todo o campo que circunscreve essa relação e que delimita as concepções de arte, de interesse, de belo e que alteram diretamente o juízo de gosto se altera e se adapta ao seu tempo por ser produto direto dessa relação de forças. Percebe-se a constante retomada das considerações sobre o juízo de gosto kantiano para a formulação de muitas teorias de recepção e experiência estética desde aos anos 70 até a contemporaneidade, como na tentativa de suprir o que existe entre o ato de observar e julgar como “isso é” ou “isso não

---

<sup>1</sup> Graduando em Artes Visuais pelo Centro Universitário Belas Artes de São, possui um campo de experimentação poética com linhas de pesquisas direcionadas a relação entre o homem e a informação/conteúdo por ele recebido e assimilado. Academicamente, foca-se na discussão sobre a estética contemporânea e em como se dá a relação espectador x obra.

é”<sup>2</sup>. Diferentes nivações, estágios e fases foram propostas que ou tem fim ou passam pelo ato de julgar e discorrer sobre o que é visto.

O que deveria acontecer - mas não acontece - é a revisitação constante do próprio ato de julgar problematizado na contemporaneidade, sendo analisado de forma contextualizada e em contraponto ao contexto social e ideológico no qual Kant se situava. Dessa forma, partindo de uma inquietação resultante da prática com arte-educação e os tipos de respostas dados a uma obra, será proposto um aprofundamento que aponte reconsiderações sobre o julgamento contemporâneo dado a própria condição de um tempo onde “todos os significados são sugestões, permitindo convites ao estudo e demonstração, à interpretação e reinterpretação” (BAUMAN, 1997, p. 135) e onde reina a subjetividade em relação a um pensador que garante o caráter fenomenal do ser e do conhecimento do outro em detrimento à própria subjetividade (EAGLETON, 1990, p. 58), ao menos no que tangencia seu pensamento como um todo.

Iniciaremos nossos apontamentos pelo levantamento de alguns pontos que devem ser citados sobre que rumos o pensamento Kantiano está traçando na contemporaneidade para possibilitar a relação que pretende ser estabelecida com os principais pensadores da arte educação contemporânea e para fundamentar o campo que deseja ser trabalhado. Primeiramente tratemos da relação entre transcendência e o sublime como produto de uma experiência estética. Partimos do ponto de que não estamos tratando de um belo inteligível, e sim de uma concepção deste que ultrapasse o campo do orgânico e natural e atinja o campo do prazer, da sensação. O belo citado, porém, é antagônico ao sublime ao passo que um está de acordo e outro em contraste com as nossas faculdades de juízo. Reside aí um vértice do pensamento kantiano que é homem e a percepção de sua finitude, percebida através de seu contraste, na infinitude interior constatada através do sublime, “sentimento transcendental negativo que faz com que o homem sinta a sua impotência ante o absoluto inteligível” (BRUM, 1998, p. 62). Mas ao pensarmos no contemporâneo não teríamos uma troca de papéis? Uma arte que se relaciona mais ao sublime do que ao belo em si? De acordo com Christoph Türcke, as

obras do fim do séc. XX quase sempre não são estimadas graças à sua beleza, mas porque tocam, fascinam, chocam, i. e., provocam essa simultaneidade de atração e repulsa que

---

<sup>2</sup> Não considero desde já o ser ou não ser *belo* no julgamento de gosto kantiano em sua tangência com a contemporaneidade pela alteração clara que houve nesse conceito e que merece ser discutida com profundidade na pesquisa.

Kant denomina sentimento do sublime e distingue nitidamente da sensação do belo. (1998, p. 83)

Na mesma análise sobre o belo e o sublime na experiência estética, Brum retoma Paul Crowther para afirmar que a experiência estética trata de humanização. Humanização que existe ao reforçar a subjetividade e possibilitar e validar como lógica a interpretação pessoal de cada obra.

Podemos pensar que essa humanização corresponde à subjetividade desinteressada de Kant, possuindo uma validade pessoal para quem pronuncia seu gosto sobre o que se vê, porém, como levantado por Dominique Chateau, há uma parcela de objetividade que deve ser levantada e que nos possibilitará pensar nas brechas encontradas pelos teóricos da arte educação para utilizarem-se de Kant e cientifizá-lo: de acordo com a autora “o julgamento estético é objetivo, no sentido de que aquele que experimenta essa espécie de satisfação deve considerar que ela ‘está fundamentada em alguma coisa que ele pode também supor em todas as outras’” (1998, p. 67). Também tênue é essa relação entre objetividade e subjetividade ao se analisar a crítica da faculdade do juízo em relação às outras críticas e ao próprio período da produção kantiana, na qual “ao apropriar-se de toda a realidade externa, o sujeito burguês descobre, para seu desespero, que se apropriou de sua própria objetividade junto com ela” (EAGLETON, 1990, p. 56). Entende-se aí um motivo para o próprio pensamento humanista, na obrigação de achar em si próprio um pensamento moderno, cabendo à Kant – no desenvolvimento das três críticas - a tarefa de reestruturar uma visão objetiva tendo como epicentro o homem.

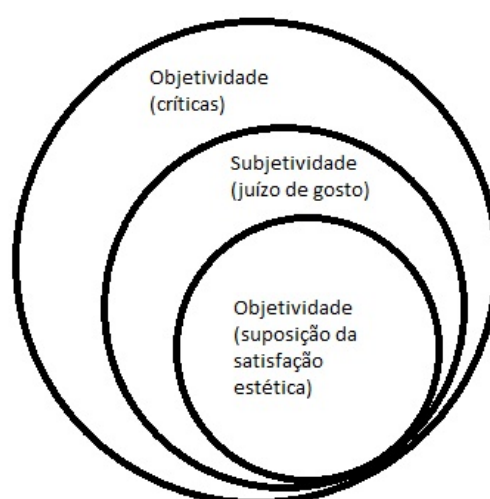


Figura 1.1

Sem dúvida, das três a que dá mais vazão à subjetividade é o juízo de gosto, por operar no limiar entre a lógica e o que pessoalmente nos atrai. Percebemos então um movimento dialético em seu pensamento que consegue abarcar os fenômenos do humano de forma objetiva sem excluir seu caráter subjetivo intrínseco (figura 1.1). Talvez por ser a primeira teoria que não se preocupa com a estética, mas com o julgamento estético, que Kant percorrerá os séculos como base para os pensadores das relações estéticas.

Mas por que tratar da subjetividade e objetividade nesse campo? Pois ao pensarmos na subjetividade proposta pelo juízo de gosto, é uma subjetividade que opera sobre um objeto, que se reporta ao objectual. Mas isso é pensado a partir do momento em que temos o objeto para nos relacionarmos, seja uma pintura, escultura ou gravura. E quando a arte passa a ser apenas o registro, quando suas constantes mudam, e ela passa a ter como característica principal a efemeridade? Mais ainda, se Kant escreve que o “julgamento de gosto é “simplesmente contemplativo” (§5) como lidar com obras que exigem a imersão do corpo e dos sentidos? Citemos um trecho de Dominique Chateau que trata justamente dessa relação de Kant com a produção contemporânea:

Em todo caso, ao contrário da arte kantiana que não se diz arte, que confina a natureza e cujo maior sucesso está portanto na própria natureza geralmente se afirma como tal, seja pela transfiguração do banal, do cambalaio, do fracassado, seja pela revelação do artifício, aí compreendido, como na *land-art*, quando a natureza se torna o material (CHATEAU, 1998, p. 77)

Não somente, e quando o belo – que para Kant se resumia em ser o que “apraz universalmente sem conceito” (§9) e que difere do bom justamente por não ter conceito – perde sua condição de critério para o julgamento de uma obra artística e em muitos casos possui sua existência julgada pela sua junção ao conceitual? Percebemos aí como a problemática se agrava no sentido do tratamento que devemos dar a arte e sob que luzes ela deverá ser analisada. Essa fragmentação da arte e, conseqüentemente, da relação sujeito-objeto altera a relação de experiência que se terá, pois a ação de reconhecimento entre homem e mundo que ocorreria nessa relação ganha um grau a mais de separação (ou apenas de problematização).

Agravando essas fronteiras encontradas entre Kant e o contemporâneo, temos alguns fatores como a própria condição do mercado de arte e do lugar do feio (tomemos esse feio como todo tipo de produção que não se agrega nem ao belo nem ao sublime no discurso kantiano) na contemporaneidade. Para tratarmos do mercado de arte, é necessária

a introdução da tese e sua antítese sobre as perspectivas distintas do gosto, mais precisamente o gosto sensorial/determinante e o reflexivo. O primeiro trata da personalidade do gosto, ou seja, parte do universal para o campo particular, ao passo que o segundo realiza o movimento inverso, tratando da sua anuência universal. Partimos desse ponto para apontar a predominância sensorial no mercado de arte em detrimento ao reflexivo, no sentido da existência de pessoas pontuais que indicam o que entra ou sai de acordo com esse caráter particular do gosto. O problema não reside só aí, mas passa para qualquer tipo de análise de obra por alguém que detém certo tipo de poder e/ou controle: professores, críticos, analistas, etc. Validamos essa pontuação pelas possibilidades de inter-relações que se podem estabelecer entre esses discursos de gosto já estabelecidos anteriormente como possíveis formadores de juízos baseados nesses já existentes. Antecipando a discussão por necessidade do percurso dado ao texto, essa possibilidade pode ser elencada ao discurso de Larrosa que trata sobre a troca da experiência pela informação na condição contemporânea de acesso desenfreado à própria informação através dos mais diversos meios. Não estaria essa informação, recheada de preceitos sensoriais tratados como reflexivos, dando vazão a uma impossibilidade de se julgar isento de pré-conceitos? Partindo do pressuposto que

A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituirmos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência. (LARROSA, 2002, p. 22)

Precisamos então ver até que ponto esses conceitos influenciam no julgar isento, pelo simples fato da obra atender (ou ir contra) suas faculdades pessoais de gosto. Retomemos Larrosa pela sua citação de que o sujeito da informação é um ser de opinião, um ser que julga a todo instante, ou seja, um homem kantiano. Mas sem dúvida, se, como citado pelo autor “a opinião, como a informação, converteu-se em um imperativo. Em nossa arrogância, passamos a vida opinando sobre qualquer coisa sobre que nos sentimos informados” (2002, p. 23), as bases tomadas para seu julgamento são oriundas de outras fontes que não as propostas por Kant.

Voltemos aqui à importância de uma análise contextualizada com os períodos abordados para pensarmos sobre o que se fala. Por exemplo, ao considerar sobre o feio, Kant parte do pressuposto de que a arte não consegue tratar de temas feios sem estetizá-los, sem torná-los algo que retire parcela dessa condição do objeto. A parcela do feio que não

consegue ser estetizada, ou seja, o que nos gera asco e repugnância é automaticamente excluído de uma consideração estética. Felizmente Kant não teve contato nenhum com os rituais do artista Hermann Nitsch, não presenciou nenhum vídeo do acionismo vienense ou do artista Paul McCarthy, e muito menos o processo de aceitação de ambos enquanto arte. Outra relação que podemos levantar é entre a própria relação do juízo estético para com a arte e a natureza, já que para Kant a segunda possui uma clara não-intencionalidade em relação a primeira, que vem de um fazer mental humano. No pós-moderno essa separação tem seu valor alterado com a constante mediação e alteração da beleza natural (como pensa Kant) pelo próprio homem, assim como a consideração do fazer artístico não sendo “uma espécie derivada do princípio de finalidade da natureza, mas sim um complemento necessário (HUGHES, 1999, p. 65). O que nitidamente se reforça é a ampliação e liquefação do campo analisado por Kant enquanto arte, e que necessita de constante revisão (figura 1.2).

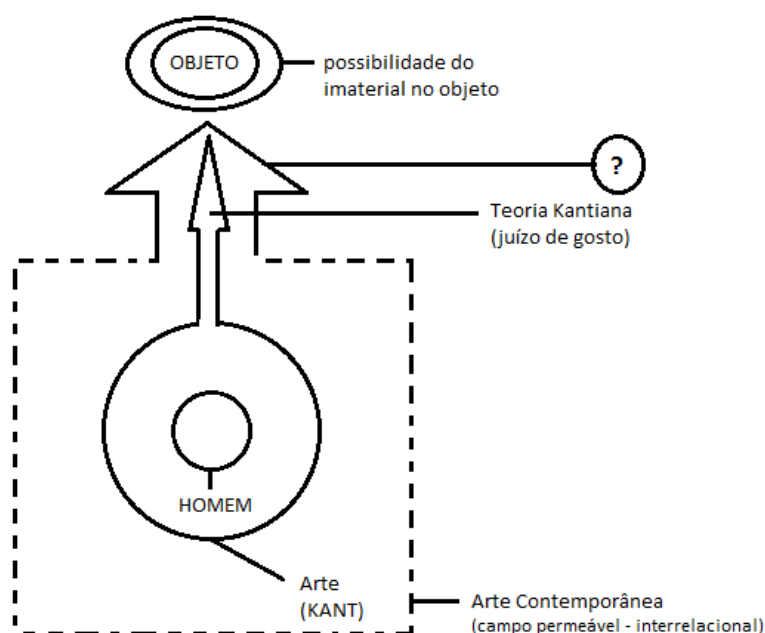


Figura 1.2

Deixemos um pouco a discussão sobre a estética Kantiana e inicialmente analisar as presenças do ato de julgar em algumas teorias de arte-educação. Iniciando por Abigail Housen, que propõe o que é chamado como “estágios de desenvolvimento estético”, temos, dentre os cinco níveis propostos (explicativo, construtivo, classificatório, interpretativo e



recreativo) a presença constante do ato de falar sobre a obra e um julgamento acerca dela que abarca temas e métodos de análise específicos. Em cada instância, a relação com a obra é uma e existe a perspectiva de se alçar um objetivo, ou seja, o estágio final, no qual, segundo a pesquisadora, há uma consciência da biografia do trabalho, suas preocupações universais e um elevado plano de relação entre espectador e obra. Seria dessa relação que Kant estava falando como uma experiência estética ou nesse ponto o sujeito que observa já está tão transbordado de referências, informações e conceitos acerca da obra – ou seja, sua finalidade - que todo o desinteresse ou juízo pessoal de gosto já se transformou?

Outro caso é do americano Robert Ott e seu sistema *Image Watching*, que separado em seis estágios visa uma experiência completa, como proposto por Dewey. Os estágios são: Aquecimento; Descrevendo; Analisando; Interpretando; Fundamentando e Revelando. Existe nesse caso uma maior preocupação acadêmica vinculada ao processo em relação à anterior e onde encontramos os maiores ecos Kantianos é na quarta etapa (Interpretando), “momento das respostas pessoais à obra de arte [...] quando as pessoas expressam suas sensações, emoções e idéias” (RIZZI, 2000, p. 2). Mas como isso é possível após termos passado por dois estágios anteriores, principalmente o diretamente anterior que, utilizando-se da crítica e da estética, analisa os conceitos formais da obra?

Já Edmund Feldman possui uma proposta com um viés assumidamente kantiano, e que culmina<sup>3</sup> no julgamento. O processo proposto também se divide em fases: descrição, análise, interpretação e julgamento e é um tipo de proposta com grande ênfase nas possibilidades *gestálticas* da análise, que obviamente não foram abarcadas por Kant em sua obra. Agora, vamos nos ater novamente ao estágio anterior ao julgamento, que já parece entrar no campo do julgamento estético, mas no seu âmbito sensorial, no qual se espera que o espectador “aproprie-se da imagem num sentido próprio e especial” (PILLAR, 1993, p. 6), enquanto o estágio considerado enquanto julgamento na verdade não se trata do gosto pessoal, mas sim na análise de seu “poder de satisfazer os observadores por um longo tempo” (FELDMAN, 1970, p. 371), ou seja, o julgamento realizado sai totalmente do campo pessoal, incluindo a requisição de reconhecimento do pensamento de críticos e afins a respeito do trabalho em questão. Analice Pillar utiliza-se dessa base e subdivide o estágio do julgamento em fundamentado e não-fundamentado,

---

<sup>3</sup> A proposição de Feldman não é de estágios evolutivos, sendo que o discurso acerca da obra pode transitar por eles ou mesmo aceitar coexistências. Porém existe, na concepção da idéia, uma linha clara que é seguida para sua construção. É com base nesse percurso que estabelecemos os apontamentos.

partindo de um pressuposto claro de que possa existir algo que fundamente o julgamento de gosto, ou seja, ele deixa de partir simplesmente da adequação ou embate entre as faculdades humanas e passa a depender de (inúmeros) fatores externos que irão servir de base para o julgamento.

Nesse ponto, volto a citar Tūrcke, que diz que “o ponto frágil de Kant está no fato dele reconhecer erroneamente nesse gosto reflexivo uma disposição natural dos homens, existente à parte” (1999, p. 82). A análise de um texto kantiano nos dá a – talvez falsa – impressão de que o ato de julgar esteticamente para se reconhecer enquanto indivíduo em um grupo que se compreende por essa lógica natural do gosto é algo intrínseco a todos nós. Os fins da relação entre uma pessoa e a obra talvez sejam absolutamente individuais e únicos, ou seja, não existem pontos gerais em comum, e sim “uma unidade dentro da diferença que é característica da estrutura do debate estético” (HUGHES, 1998, p. 163). Não há isso uma tentativa de destruir todas essas linhas de pensamento que transitam por esses sítios kantianos, mas sim de apontar possibilidades de se pensar esse juízo de gosto sob o signo da contemporaneidade. Por vezes parece que Kant apontou um início e um fim na questão do trânsito entre o sujeito e o objeto, e na tentativa de compreendermos e computarmos de forma precisa o que acontece nesse processo nos esquecemos de considerar que sujeito e objeto estão em constante alteração e que hoje, já nos anos 10 do séc. XXI, estão mais dissolvidos e permeados entre si do que nunca. Alertemo-nos à parcialidade do pensamento Kantiano contido nessas teorias e dos meios utilizados para adequar o pensamento do filósofo às teorias hoje vigentes. É necessário revisitar com calma esses conceitos, situando-os dentro do ato de julgar e de seus respectivos contextos históricos, para conseguirmos apontar novos rumos para o ensino da arte contemporânea e sairmos desse limbo no qual nos encontramos e nos afundamos cada vez mais.

## Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.

CAUQUELIN, Anne. **Teorias da Arte**. São Paulo: Martins, 2005.

CÉRON, Ileana Pradilla; REIS, Paulo. (org.) **Kant: Crítica e estética na modernidade**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999..

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins, 2010



EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

HERWITZ, Daniel. **Estética: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KANT, Immanuel. **The critique of judgment**. New York: Prometheus Books, 2000.

RIZZI, Cristiana. **Contemporaneidade (mas não onipotência) do sistema de leitura de obra de arte – Image Watching**. Boletim arte na escola. Nº 22. São Paulo, março 2000, Fundação IOCHPE.